



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6812 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT26 - Educação do Campo

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: as condições de luta e resistência pelo direito a educação e trabalho**  
Elília Camargo Rodrigues - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

**EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: as condições de luta e resistência pelo direito a educação e trabalho**

## **1 INTRODUÇÃO**

A perspectiva de discussão constitui uma abordagem sobre Educação do Campo, Movimentos Sociais e Desenvolvimento Territorial, resultado do projeto de tese no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – (UNEB). Isto posto, tem como objeto de discussão a análise das condições de participação e emancipação dos agentes sociais inseridos no campo na organização dos movimentos sociais. O estudo busca refletir também, os movimentos sociais do campo como expressão de territorialidades agregadoras de pertencimentos, tendo em vista os impactos no desenvolvimento do território.

Nesta discussão, os movimentos sociais do campo e o desenvolvimento territorial encontram-se imbricados diante da história de enfrentamentos dos sujeitos neste contexto. A mobilização coletiva organizada, constitui um direcionamento de ideais, lutas e resistências pelos direitos sociais e a sobrevivência, tendo em vista as “ (...) tentativas de estender os direitos trabalhistas aos labores do campo (...) na luta pela reforma agrária (...) a formação das ligas camponesas, (...) os sindicatos rurais”(NASCIMENTO, 2010, p. 24).

É importante destacar o projeto político pedagógico educacional contido na organização dos movimentos sociais que permite recolocar os agentes em cena, conduzindo-os a um papel político que soma-se nas vozes oprimidas e subalternas, na condução da garantia do direito de inserção social em um projeto de humanidade e sociedade incluída, a que se pretende de forma utópica defender. No entanto, este projeto é negado pelo estado. A questão educacional adjacente representa um dos “elementos fundamentais para a reumanização dos oprimidos” (NASCIMENTO, 2010, p. 24).

A atenção para este diálogo está na fundamentação dos movimentos sociais na ótica da participação e emancipação dos agentes sociais do ponto de vista da atuação das subjetividades coletivas que organizam associações de pessoas em estruturas coletivas.

## 2 MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Muitos pesquisadores das Ciências Humanas desenvolvem conceitos sobre o tema movimentos sociais, entretanto, a definição de Perani(2003), satisfaz as nossas intenções de descrição, quando afirma que “(...) incluem múltiplas experiências e organizações bastantes diferenciadas: movimentos populares, associações, sindicatos de trabalhadores, pastorais sociais, projetos econômicos alternativos, economia solidária, fóruns” e outras iniciativas que tem significativo “valor político, discernimento contínuo e crítico” (17).

Diante desta confluência de compreensão, podemos afirmar com o autor, a necessidade de conhecer de forma direta em uma escuta constante e sensível, a atuação destes movimentos para melhor percepção e conceituação. Os movimentos sociais constituem um “agir coletivo, produto de escolhas e decisões”. São iniciativas “capazes ou não capazes de fazer das nossas mentes, dos nossos afetos e emoções, das nossas necessidades espirituais, um terreno de experiência de mudança” (PERANI, 2003, p. 19). Com este desenho teórico, consideramos a existência de elementos subjetivos agregados nas intenções e práticas das pessoas envolvidas em movimentos sociais. Podemos considerar alguns elementos, como: consciência de classe, participação ativa, práticas solidárias, sentimentos de coletividades, vontade de mudança e principalmente uma atuação consciente que parte da perspectiva de transformação da realidade local e global, ou seja, “carregam dentro de si a proposta de construção de uma sociedade justa, fraterna, digna para todos” (PERANI, 2003, p. 22).

O argumento em questão, defende um ideário em que os movimentos sociais estão, mais nas incorporações subjetivas do que na formalidade do seu desenho. A subjetividade e a estrutura são elementos de uma simbiose. Com isso compreendemos seu caráter flexível e temporal que depende da participação e envolvimento de militantes engajados nas plataformas de lutas comuns.

Entender a estrutura dos Movimentos Sociais a partir da formação dos agentes e suas intenções de participação, é considerar aspectos da subjetividade humana construídos ao longo de um processo histórico, quando a opressão, a subalternidade e a dominação são reconhecidas e motivadas para a participação ativa na proposição de mudanças e transformações na sociedade. Assim, “[...] os movimentos sociais apresentam como uma ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito, rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. (MERLUCCI, 2001, p. 35)

Cumprir sublinhar que a participação ativa dos sujeitos nas ações coletivas de solidariedade e enfrentamento tem consequências na organização dos movimentos reivindicatórios e também na proposição do desenvolvimento territorial, quando existe uma repercussão e principalmente intervenção nos espaços deliberativos de poder e de construção das legitimidades propostas no cenário social. Discutir a formação de espaços de organização da sociedade civil e suas conquistas, nos permite entender que as estruturas legítimas da sociedade são passíveis de mudanças e impulsionam fatores facilitadores para a conjuntura. “Esses fatores não poderiam operar se o ator não tivesse capacidade de percebê-los e integrá-los em um sistema de orientação que constitui a estrutura condutora de sua ação” (MERLUCCI, 2001, p.47)

A importância de demarcar os sujeitos da ação coletiva é tão relevante quanto a própria ação estrutural, pois, para Gohn (1995), os movimentos sociais são considerados do ponto de vista conceitual, como uma ação coletiva de caráter sociopolítico com o princípio da solidariedade, construídos com base em valores culturais, pertencentes a diferentes classes e estratificações na sociedade que “[...] desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de

valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995, p. 44)

A formação da identidade coletiva centrada nos princípios da ação de organização da coletividade, oportuniza o desenvolvimento do território camponês nas pautas referentes ao trabalho, economia solidária, agricultura familiar e educação escolar como ações e práticas ligadas a políticas de garantias dos direitos trabalhistas aos trabalhadoras e trabalhadores do campo, projetos relacionados ao associativismo, a escola do campo voltada a “aprofundar uma pedagogia que respeite a cultura e a identidade dos povos do campo” (KOLING, MOLINA e NÉRY, 1999).

Gohn (1985) e Merlucchi(2001), pontuam a solidariedade como uma razão consolidada e máxima no desenvolvimento das ações e intenções de organização dos Movimentos Sociais.

A perspectiva de mobilização dos sujeitos é uma característica que especifica os movimentos sociais no cenário de organização das lutas por direitos, daqueles que colocam necessidades e dificuldades próprias e vitais como plataforma política. Os Movimentos Sociais possuem caráter educativo, remete a perspectiva da cidadania participativa e da existência de processos educativos desenvolvidos, também, fora dos canais institucionais, a educação não formal (GOHN, 1999). Dessa maneira, as lutas permitem a consolidação de uma “ação estratégica, crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas” (ALONSO, 2009: 72).

Antunes (2001), sistematiza afirmações sobre a rebeldia e a contestação em relação as subalternidades vivenciadas pelos trabalhadores no mundo do trabalho e estas rebeldias não excluem nem suprimem as outras, igualmente importantes. Assim, afirma que do mesmo modo, a luta ecológica, o movimento feminista e tantos outros “novos movimentos sociais” têm maior vitalidade quando conseguem articular suas reivindicações singulares e autênticas com a denúncia à lógica destrutiva do capital (no caso do movimento ecologista) e ao caráter fetichizado, estranhado e des-realizador do gênero humano gerado pela lógica societal do capital (no caso do movimento feminista). (ANTUNES, 2001, p.216)

A expressão dos protagonistas da ação de implantar, intensificar e enfim, organizar os movimentos sociais, constitui uma declaração de rompimento com a lógica do capital, que eleva as relações em condições de troca mercadológica e fetichização do humano. A relação de propriedade privada estabelece formas de ser, ter e pensar na sociedade com valores que determinam as condições ideológicas e de classe, naturalizando as desigualdades.

Com o intuito de refletir sobre as premissas: igualdade e diversidade, Touraine (1998), dialoga sobre as políticas do progresso a uma política dos atores e afirma que o ator social engajado em ações sociais concretas, procura aumentar sua autonomia, controlar o tempo e as suas condições de trabalho ou de existência. Com isso entendemos que a construção da autonomia do ator social está pautada no controle do tempo, das condições de trabalho, a partir da “resistência e do desejo de ser ator de sua própria existência, contra uma lógica cívica ou histórica, que aparece cada vez mais como destruidora de sua liberdade e mais ainda de sua identidade” (TOURAINÉ,1998, p. 37).

A emancipação e autonomia dos atores sociais são aspectos apreendidos no desenvolvimento de um protagonismo de lutas e embates fortalecidos nas releituras das histórias de vida e nas existências negadas a partir de uma lógica condicionada na centralização da propriedade privada e na concentração do capital. Dessa maneira, corroboramos com o ideário da implicação relacional existente entre os movimentos sociais, o corpo, a materialização; a participação, a alma, o ideário e a emancipação como resultado das práticas materializadas e idealizadas.

A discussão dos movimentos sociais do campo, construídos pelos agentes que protagonizam a solidariedade como ação de intervenção em prol da sobrevivência coletiva, pode promover a emancipação dos seres humanos na sociedade em muitas dimensões, é o que vamos tratar na próxima seção. Ao colocar estes movimentos em cena como protagonistas de embates importantes na condução das lutas e conquistas, entendemos a relação direta entre os seus impactos no desenvolvimento do território e na significação das territorialidades.

### **3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES**

Esta discussão é um fragmento do estudo sobre Movimentos Sociais no Campo e Desenvolvimento Territorial, que investiga as circunstâncias de participação dos sujeitos organizados em busca de melhorias de condições de vida viabilizadas através das conquistas de políticas sociais em uma conjuntura de negação dos direitos essenciais à sobrevivência humana. Os movimentos sociais constituem-se como ícones de luta e resistência em diversas formas organizadas de coletividades e ideais pautados nas sobrevivências econômica, cultural, ideológica e espiritual dos povos. Das pautas e plataformas desses movimentos, a educação escolar e o trabalho aparecem como elementos significativos no discurso e principalmente nas deliberações legais que viabilizam o desenvolvimento do território.

O protagonismo dos movimentos sociais na sociedade se manifesta em possibilidades de conquistas de direitos sociais específicos e diferenciados, a partir da implantação de políticas para educação e trabalho, tais como: a escola do campo, as Diretrizes Curriculares Operacionais, os Referenciais Curriculares para a Educação do Campo, Indígena e Quilombola e programas de incentivos a agricultura familiar, entre outras.

Segundo Nascimento (2010), é possível destacar historicamente, diversas formas de organização da sociedade camponesa nos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, as ligas camponesas, a organização do Estatuto dos Trabalhadores Rurais de 02/03/1963 e a luta pela reforma agrária. Registra-se também as mobilizações populares de 1964, evidenciando desdobramentos de um processo político educativo contestatório e mobilizatório. Diante desta realidade, "[...] houve um despertar geral da consciência nacional da necessidade de reforma agrária, e conquistou-se a extensão dos direitos trabalhistas para a área rural, por meio do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), lei n. 4. 214, promulgada em dois de março de 1963" (NASCIMENTO, 2010, p. 25).

O autor registra as conquistas dos movimentos sociais do campo no combate as opressões no trabalho, em consequência ao despertar de uma consciência geral sobre a necessidade da reforma agrária. O sistema capitalista impõe o agronegócio, a propriedade latifundiária, a agricultura voltada para a exportação, a utilização de fertilizantes e agrotóxicos, reforçando o modelo de produção, distribuição e desenvolvimento (in)sustentável dos sistemas agrícolas e alimentares no Brasil.

A agricultura capitalista responde pelo comércio exportador e importador, com uma produção em larga escala e com isso necessita atender ao capital. Entende-se que a utilização de defensivos agrícolas e agroquímicos atende à demanda de produção deste capital acumulativo, em detrimento da saúde e qualidade de vida da população. Esta realidade consolida as desigualdades sociais, a exploração e precarização do trabalho, o aumento do desemprego da pobreza e da miséria.

A realidade de opressão e a ausência de perspectiva de sobrevivência dos povos do campo gera consequências que agravam as possibilidades de desenvolvimento do território. Cabe ressaltar que as limitações das políticas nos âmbitos federal, estadual e municipal para melhorias nas condições da educação escolar, trabalho e renda no Brasil no sentido geral,

“(...)constituíram aquilo que pode chamar de regulação ‘truncada’: uma estrutura econômica industrial expressivamente diversificada, tentando seguir as tendências de vanguarda das economias centrais, uma modernização agrária totalmente conservadora” (OLIVEIRA, 1990, 44)

Segundo Oliveira (1990), esta modernização agrária inverteu ou modificou as relações campo-cidade para constituir o que está sendo chamado de complexo industrial, uma intervenção estatal que “financia a reprodução do capital, mas não financia a reprodução da força de trabalho” (OLIVEIRA, 1990, 44). O ideário capitalista vigente no desenho societário brasileiro, compromete a dignidade e a existência de mulheres, negros, camponeses, camponesas, povos do campo, da cidade, indígenas, quilombolas e tantas outras minorias que registram em suas histórias de vidas um percurso marcado pela exclusão social e pobreza. Este contexto colabora para consolidação legítima de “intensas desigualdades sociais e regionais” (OLIVEIRA, 1990, 44).

Na discussão sobre desenvolvimento do território Saquet (2007), apresenta a noção de territorialidade como característica significativa da dimensão conceitual desse campo de conhecimento, ressaltando as relações de alteridades orientadas a partir da autonomia das sociedades locais. Para o autor, autonomia não significa autossuficiência, a capacidade de autogoverno nas inferências de territorialidades, internas e externas de auto projeção centrado nessas relações.

A solidariedade e o sentimento de alteridade na relação com os problemas que envolvem a realidade comum são compartilhadas em condições similares com a do outro, na comunidade. Estes, aparecem como epicentro da resistência, da representação e do desejo de atuar nos enfrentamentos, a partir da leitura e protagonismo das existências individualizadas, coletivizadas e sociabilizadas contra a lógica histórica destruidora das identidades. Essas relações de confluências guiadas por pertencimentos, coragem coletiva, mutualidade são extensões de territorialidades que tem na dimensão das lutas, por vezes, a superação das problemáticas associadas as necessidades de sobrevivência.

Para tanto, acrescentando a dimensão conceitual de territorialidade, o desenvolvimento da alteridade, pertencimento e participação se juntam em uma única voz ligada aos similares realidades e sobrevivências. Esta unidade converge em problemáticas individuais e coletivos, pois unem-se em campos políticos divergentes.

A sociedade do capital, implanta e intensifica circunstâncias políticas estruturais que consolidam a existência legítima das minorias sociais. Estas buscam através das lutas, possibilidades de sobrevivência. A partir desse cenário, a mobilização e a constituição de movimentos sociais são prioridades para enfrentamentos de pautas destas minorias. Diante disso, torna-se importante discutir as subjetividades agregadas, os agentes, as intensidades de participação, o discurso político, ou seja, o ativismo que se associa ao desejo de organizar e constituir a luta.

### **3 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA**

A abordagem apresenta como propósito principal a investigação das condições de participação dos agentes sociais inseridos nos movimentos sociais do campo, com a intenção de compreender as possibilidades desta participação, enfrentamento e intervenção de realidades. É um ensaio teórico da tese e apresenta como um recorte consistente de parte dos

resultados, a partir das considerações de pesquisa realizada.

A partir do aporte teórico, este estudo considera que a participação ativa dos sujeitos nas ações coletivas de solidariedade e enfrentamento tem consequências na

organização dos movimentos sociais e estes intensificam as conquistas de direitos, implicando no desenvolvimento do território.

Ao discutir a formação de espaços de organização da sociedade civil e suas conquistas, resultados dos enfrentamentos realizados pelos agentes sociais, permite-se entender que as estruturas de legitimidades da sociedade são passíveis de mudanças e, ainda, podem impulsionar fatores facilitadores para transformação da conjuntura.

A solidariedade como elemento que fundamenta a participação, mobilização e organização de movimentos sociais é uma máxima que consolida um caráter pedagógico, para tanto educativo, destes movimentos.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate** Lua Nova, n. 76, p. 49-86. São Paulo, 2009

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.

BICUDO, M. A. Aspectos da pesquisa qualitativa efetuada em uma abordagem fenomenológica. In: BICUDO, M. A. (Org.). Pesquisa qualitativa segundo uma visão fenomenológica. São Paulo: Editora Cortez, 2011, p. 29-40. Disponível em: [http://www.mariabicudo.com.br/resources/CAPITULOS\\_DE\\_LIVROS/Pesquisa%20qu](http://www.mariabicudo.com.br/resources/CAPITULOS_DE_LIVROS/Pesquisa%20qu). Acesso em: 02/09/2019

BOURDIEU, P. **Escritos da Educação**, 9 ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GARFINKEL, H. **O que é etnometodologia?** In: \_\_\_\_ Studies in ethnomethodology, Cambridge: Polity Press, 1996 [1967], cap. 01, p. 113.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil** São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo, Cortez, 1999.

LARANJEIRAS, S (ORG). **Classes e Movimentos Sociais na América Latina**, SP:Hucitec, 1990. In: **Os Protagonistas do Drama: estado e sociedade no Brasil**. Francisco de Oliveira.

KOLLING, MOLINA e NÉRY (ORG). **Por uma Educação Básica do Campo**: editora Universidade de Brasília, Brasília DF, 1999

NASCIMENTO; FIALHO; HETKOWSKI A. N. **Desenvolvimento Sustentável e Tecnologias da Comunicação e Informação**, in **Organizações não governamentais: sujeito simples ou sujeito composto – reflexões sobre práticas comunicacionais e governamentais nas ongs**, Salvador: EDUFBA, 2007.

SAQUET, M, A. **Abordagens e Concepções sobre o Território**, São Paulo;

Expressão popular, 2007.

TOURAINÉ, A. **Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático**, Buaru, São Paulo: EDUSC, 1998.

---

[1] [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_118\\_Itaparica%20-%20BA%20PE.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_118_Itaparica%20-%20BA%20PE.pdf)